



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Políticas Públicas e a condição do Emprego e da Renda na Faixa de Fronteira Sul-mato-grossense entre Brasil e Paraguai

Alexandre de Souza Corrêa

Professor Adjunto da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP)

Zelimar Soares Bidarra

Professora associada da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (PGDRA)

Vilmar Nogueira Duarte

Pós-doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (PPGDRS) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Sessão Temática 02: Políticas públicas e gestão multiescalar do território urbano e regional

Resumo. O presente artigo consiste em compreender a estrutura econômica dos municípios Sul-mato-grossenses que estão inseridos na faixa de fronteira com o Paraguai e são considerados prioritários para ações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e de seus programas na promoção do crescimento e desenvolvimento econômico. O subdesenvolvimento constatado nos municípios fronteiriços e a intenção de políticas públicas para resolvê-lo, foi estudada desde o período inicial da PNDR em 2007 até o ano de 2016, observando a evolução da geração do emprego e da renda com base nos dados do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Verificou-se que mesmo sendo um dos objetivos da PNDR de fortalecer as estruturas produtivas dos municípios para geração de emprego e renda, a base produtiva dos municípios pouco evoluiu e a geração de emprego e renda se agravou a partir de 2012.

Palavras-chave. Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Borda Fronteira Brasil/Paraguai. Subdesenvolvimento.

Public policies and the condition of Employment and Income in the Mato Grosso do Sul border between Brazil and Paraguay

Abstract. This article consists of understanding the economic structure of the municipalities of Mato Grosso do Sul that are located on the border with Paraguay and are considered a priority for actions of the National Policy for Regional Development (PNDR) and its programs to promote growth and economic development. The underdevelopment found in the border municipalities and the intention of public policies to solve it, was studied from the initial period of the PNDR in 2007 until the year 2016, observing the evolution of the generation of employment and income based on data from the Firjan Index of Municipal Development (IFDM). It was found that even though one of the objectives of the PNDR is to strengthen the productive structures of the municipalities to generate employment and income, the productive base of the municipalities has barely evolved and the generation of employment and income has worsened since 2012.

Keywords: National Policy for Regional Development (PNDR). Brazil/Paraguay border border. Underdevelopment.

Políticas Públicas y Condición de Empleo e Ingreso en la Franja Fronteriza del Sur de Mato Grosso entre Brasil y Paraguay

Resumen. Este artículo consiste en comprender la estructura económica de los municipios de Mato Grosso do Sul que se ubican en la frontera con Paraguay y son considerados prioritarios para las acciones de la Política Nacional de Desarrollo Regional (PNDR) y sus programas de promoción del crecimiento y desarrollo económico. Se estudió el rezago encontrado en los municipios fronterizos y la intención de las políticas públicas para solucionarlo, desde el período inicial del PNDR en el año 2007 hasta el año 2016, observando la evolución de la generación de empleo e ingresos a partir de datos del Índice de Firjan. de Desarrollo Municipal (IFDM). Se encontró que si bien uno de los objetivos del PNDR es fortalecer las estructuras productivas de los municipios para generar empleo y renta, la base productiva de los municipios apenas ha evolucionado y la generación de empleo y renta ha empeorado desde 2012.

1 Introdução

Este trabalho apresenta alguns dados que contribuem para o entendimento de algumas realidades dos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Sul-Mato-Grossense desde o início da instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). O objetivo é aqui delinear a evolução dos aspectos econômicos dos municípios sul-mato-grossenses que fazem fronteira com o Paraguai e estão inseridos como espaços prioritários da PNDR (2007) e de seus programas direcionados à Faixa de Fronteira, como é o caso do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF, 2009) e do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira de Mato Grosso do Sul (PDIF-MS, 2012).

Segundo a fundamentação teórica inscrita no documento instituidor da PNDR e de seus programas, o desenvolvimento regional é entendido como um processo que envolve o desenvolvimento do local, que considera que este não ocorre de forma igual e ao mesmo tempo em todos os lugares. Nesse âmbito, quanto maior é a concentração de pessoas em situações de pobreza e ou de vulnerabilidade social, maior será a necessidade de ações de políticas públicas para contornar os problemas no sentido de proporcionar e replicar melhores condições na qualidade de vida.

Segundo Nunes (2013), por décadas, as políticas públicas direcionadas a faixa de fronteira brasileira não atenderam nem ao aspecto econômico e nem ao aspecto social, ocasionando vulnerabilidades sociais na faixa de fronteira destas regiões, as quais impactam os níveis de desenvolvimento regional de seus municípios. Efeitos dessas vulnerabilidades podem ser observados nos municípios fronteiriços brasileiros que demonstram os baixos índices de desenvolvimento socioeconômico, mensurados pelo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (1991, 2000, 2010).

Assim, com base no objetivo de reverter desigualdades e potencializar o desenvolvimento endógeno, foram formulados na PNDR quatro objetivos específicos que se estendem para os municípios fronteiriços: i) dotar as regiões das condições necessárias de infraestrutura, crédito, tecnologia etc.; ii) promover a inserção social produtiva da população, a capacitação dos recursos humanos e a melhoria da qualidade de vida em todas as regiões; iii) fortalecer as organizações sócio produtivas regionais; e iv) estimular a exploração das potencialidades sub-regionais que advêm da diversidade socioeconômica ambiental e cultural do país (BRASIL, 2007a).

Nesse contexto, com a identificação das dificuldades econômicas e sociais que os municípios fronteiriços brasileiros enfrentam e o reconhecimento do Estado da necessidade de políticas específicas e prioritárias para estes territórios, com a intenção de “romper” um círculo vicioso da pobreza, o artigo buscou responder qual foi a dinâmica econômica e produtiva dos municípios do estado de Mato Grosso do Sul que compõem a faixa de fronteira entre Brasil e Paraguai durante a instituição da PNDR de seus programas entre os anos de 2007 e 2016.

2 Subdesenvolvimento: o *Círculo Vicioso da Pobreza*

As intensas desigualdades sociais caracterizam uma variável importante para determinar o quanto um país é subdesenvolvido. Países subdesenvolvidos apresentam elevados índices de pobreza em seus territórios, e geralmente apresentam dificuldades para superar este problema. Nesse contexto, esta seção apresenta os processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento pela ótica da pobreza, considerando alguns autores que debateram em suas teorias soluções para romper um círculo vicioso da pobreza em países subdesenvolvidos.

A Teoria do Crescimento Equilibrado proposto por Nurkse (1957) foi a primeira a discutir de que nos países pobres existiria um Círculo Vicioso da Pobreza, em que todas as ações desses países acarretariam em deixar o país novamente em situação de pobreza. Estas ações são explicadas devido ao baixo poder de compra da população que é decorrente da baixa produtividade, fruto da insuficiente formação de capital que resulta no baixo nível de poupança interna. Assim, a oferta na produção de bens e serviços é restrita ao pequeno mercado que não consegue se expandir devido a falta de incentivo para investimentos.

O círculo vicioso estaria, então, ligado à baixa formação de capital material cuja formação depende da acumulação de capital, este, por sua vez, se torna o principal obstáculo para romper este círculo. No entanto, a insuficiente acumulação de capital está estritamente relacionada ao limitado e pequeno mercado interno que se forma nas economias subdesenvolvidas, já que não há incentivos de investimentos maiores por não haver demanda suficiente para tal investimento. O rompimento do círculo vicioso da pobreza, segundo o autor, é o planejamento de incentivos à aplicação de capital em diferentes ramos industriais para permitir que o mercado se amplie com intuito de promover mais renda e capital a serem acumulados.

Myrdal (1960), Hirschman (1961) e Perroux (1977) trouxeram uma nova perspectiva para entender o processo de desenvolvimento que é discordante de Nurkse (1957). A crítica à abordagem do “Crescimento Equilibrado” era de que os países periféricos não possuíam grande quantidade de capital – de recursos produtivos de diferentes setores – o que impossibilitavam de praticarem políticas para além de suas capacidades. Os autores abordaram a Teoria do Crescimento Desequilibrado como forma de que as crescentes desigualdades econômicas e sociais entre os países não permitiriam um processo de desenvolvimento convergente e equilibrado das nações e sim como uma sequência de desequilíbrios.

Myrdal (1960) especifica o conceito de causação circular cumulativa a partir do estudo relacionado ao problema do desenvolvimento de um grupo especial: a pobreza evidenciada na população negra dos Estados Unidos. Foi por meio desse estudo que Myrdal compreendeu a impossibilidade de um crescimento equilibrado, tendo em vista que um problema social envolve complexas mudanças interdependentes circulares e acumulativas.

O autor ainda sugeriu que para a saída do subdesenvolvimento é necessário passar pela intervenção do Estado em áreas diversas da economia com intuito de criar e garantir condições igualitárias de renda para atingir o desenvolvimento social e econômico. Nesse sentido, Myrdal (1960) defende que quanto mais o Estado Nacional se transformar em um Estado de Bem-Estar, considerando uma avançada democracia e a disposição de recursos nacionais para o emprego de políticas igualitárias, mais forte serão as necessidades e a capacidade de combater as forças do mercado que tendem a provocar maiores desigualdades regionais.

Para Hirschman (1961) o estudo do desenvolvimento econômico envolve dizer que os países subdesenvolvidos deixam de tirar vantagem do seu potencial de desenvolvimento porque, por motivos amplamente relacionados com a imagem de transformação acham difícil tomar decisões necessárias ao desenvolvimento, na quantidade requerida e com a devida urgência. Nesse sentido, o autor aponta que para cada passo do desenvolvimento requer a sua própria decisão, logo, se reconhece que a capacidade de tomar tais decisões é um recurso raro, que condiciona todas as outras carências e dificuldades nos países subdesenvolvidos.

As desigualdades entre regiões ou até mesmo de cunho internacional (inter-regional) são condições concomitantes e inevitáveis do próprio desenvolvimento. O próprio estudo da política desenvolvimentista deve-se levar as crescentes desigualdades, que, no sentido geográfico, torna o desenvolvimento não-equilibrado. Para planejar o desenvolvimento, seria, no entanto, uma estratégia de investimentos sequenciais e não simultâneos como prevê a teoria do crescimento equilibrado (HIRSCHMAN, 1961; MOURÃO; AMIN, 2017).

Pela abordagem de Perroux (1977)¹ a industrialização é o fator principal para se analisar as variações das estruturas econômicas nacionais. O surgimento de uma ou várias indústrias causam efeitos de propagação no ambiente econômico, como preços, fluxos de oferta e consumo. O autor destaca o papel da “indústria motriz”, que desempenharia a liderança de um complexo de indústrias para o crescimento de polos de desenvolvimento.

Os conceitos propostos por Perroux (1977) ajudam a compreender como um país, região ou território pode romper o subdesenvolvimento. A ideia da industrialização, presente nas teorias propostas para o desenvolvimento econômico permite entender a importância do polo industrial para o crescimento econômico. Mas a análise do polo de crescimento merece atenção, dado que grandes indústrias (indústria motriz) podem concentrar seus avanços tecnológicos e suas relações entre produção e necessidade de insumo em outros países ou em outras regiões de um mesmo país, ocasionando, então, um problema para se estender um polo de desenvolvimento num mesmo território, evitando, assim, que os encadeamentos produtivos e o crescimento da renda não ocorram em outros territórios.

Nesse contexto, para a transição de um círculo vicioso da pobreza para um círculo virtuoso de desenvolvimento, Hayes e Nadkarni (2001) sugerem três concepções: a melhoria nas condições de acesso a bens e serviços, a formulação de projetos que fomentem a criação de renda com a finalidade da população superar a condição de pobreza e, por último, a persistência de continuidade das duas primeiras estratégias somadas à preocupação da sustentabilidade deste desenvolvimento. É necessário, no entanto, uma interação entre as políticas que fomentam o local com o desenvolvimento, por meio de lideranças e orientações proporcionadas pelas organizações envolvidas que harmonize a condição de um círculo virtuoso de desenvolvimento.

A melhoria da renda e conseqüentemente a melhora nas condições da população no acesso a bens e serviços são tratadas por Amartya Sen (2000) como fundamentais para promover as liberdades humanas, fato que considera básico para compreender o processo de desenvolvimento econômico. Variáveis como crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), avanço tecnológico, industrialização, renda per capita são importantes e contribuem para expandir as liberdades humanas, mas estes requerem outros fatores, como as organizações sociais e econômicas e os direitos civis.

Baseado em Sen e Williams (1982), Fukuda-Parr (2003) cita duas principais abordagens do estudo do desenvolvimento ao longo da história que enfatizam as necessidades básicas e, embora elas incidem em diferentes significados, a finalidade é o bem-estar humano. A primeira é a abordagem do neoliberalismo, onde o bem-estar é definido pela doutrina utilitarista da maximização da utilidade, no entanto, o descuido dos direitos, das liberdades e da organização humana são as expressivas críticas que limitaram esta abordagem. A segunda abordagem é a das necessidades básicas, a qual considera o fornecimento de bens e serviços como principal “necessidade” das pessoas, e não analisa, portanto, uma base de recursos para definir o bem-estar humano, sendo a satisfação das necessidades materiais das pessoas como principal emprego das políticas públicas, sem atentar aos direitos humanos e as liberdades individuais.

Ao longo dos anos, outros estudos das capacidades humanas receberam maior atenção quanto à liberdade da opressão social e política, com destaque para as questões de gênero². Assim, a transição de uma era de planejamento do desenvolvimento para uma era da globalização modificou a agenda do desenvolvimento, sendo a igualdade e a análise de gênero

como principais promotoras desta transição, com a prestação de serviços públicos ao empoderamento político. No sentido de ampliar as capacidades de todas as pessoas, a condição dos aspectos avaliativos do desenvolvimento é compreendida unicamente pelo desenvolvimento humano (FUKUDA-PARR, 2003).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apresentado na década de 1990 pelo Programa das Nações Unidas (PNUD) de autoria de Armatya Sen e Mahbub ul Haq se refere aos aspectos de monitoramento do bem-estar social e da equidade para o desenvolvimento. A formulação do índice foi pensada justamente como uma forma de conceber novas alternativas para mensuração do desenvolvimento, que antes tinha como padrão índices econômicos como o Produto Interno Bruto (PIB) e o Produto Nacional Bruto (PNB). Para abranger os indicadores sociais, o IDH se baseia em padrões de desenvolvimento da saúde, educação e renda, sendo estes padrões, de vida saudável, padrões de conhecimento e rendimento dignos e fundamentais na relação com as liberdades dos indivíduos.

Assim, o papel do Estado para o progresso e o fortalecimento das regiões subdesenvolvidas requer o atendimento dos interesses da sociedade e, apesar do IDH ser uma representação estática, contribui para decisões e ações do Estado para este fim. Por isso, a ampliação de políticas intervencionistas não pode ser dirigida somente para setores específicos, mas para todos os setores. Logo, as políticas públicas se tornam fundamentais para a compreensão do estudo do desenvolvimento regional, desde que as abrangências destas políticas propiciem condições de participação pública em suas decisões e que os possíveis efeitos indiquem caminhos e ferramentas apropriadas para superarem os entraves que se opõem a um processo virtuoso de desenvolvimento social e econômico, com maior influência e incentivo de grupos de indivíduos (atores) locais.

3 Aspectos Metodológicos

Definida pela Constituição Brasileira (1988), a faixa de fronteira abrange os municípios situados na faixa de 150 km a partir da fronteira demarcatória brasileira, cuja organização envolve 588 municípios de norte a sul dos quais seus territórios são cortados pela linha de fronteira (IBGE, 2021).

A proposta do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) que é integrado a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) categoriza a faixa de fronteira em três arcos (Norte, Central e Sul). O estado de Mato Grosso do Sul, ao lado dos estados de Mato Grosso e Rondônia, se insere no Arco Central que faz fronteira com os países da Bolívia e do Paraguai. Essa faixa de fronteira é composta por 44 municípios integrados por quatro sub-regiões³ (IBGE, 2021).

A sub-região escolhida para a pesquisa foi a Cone-Sul-Mato-Grossense que é composta por 15 municípios fronteiriços lindeiros e não lindeiros com o Paraguai. Nela se tem: 10 municípios lindeiros (Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Coronel Sapucaia, Japorã, Mundo Novo, Paranhos, Ponta Porã, Porto Murtinho e Sete Quedas) e 5 municípios não-lindeiros (Amambai, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí e Tacuru). Nessa sub-região, 6 municípios são considerados “cidades gêmeas”, a saber: Bela Vista com Bella Vista Norte (PY); Coronel Sapucaia com Capitán Bado (PY); Mundo Novo com Salto Guairá (PY); Paranhos com Ypejhú (PY); Porto Murtinho com Capitán Carmelo Peralta (PY) e Ponta Porã com Pedro Juan Caballero (PY) (BRASIL, 2009).

Os municípios inseridos na sub-região Cone-Sul-Mato-Grossense pelo PDFF também foram inseridos no escopo das ações do Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira/MS (PDIF-MS) elaborado em 2012 pelo Núcleo Regional para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do MS (NFMS). A partir dele se nomeou um grupo de trabalho para este conjunto de municípios denominado como “Borda Fronteira Brasil/Paraguai”, no qual o município de Ponta Porã foi considerado o município polo. De forma específica, o ambiente de

estudo está relacionado com o conjunto de municípios da “Borda Fronteira Brasil/Paraguai”, como pode ser visualizado na Figura 1.

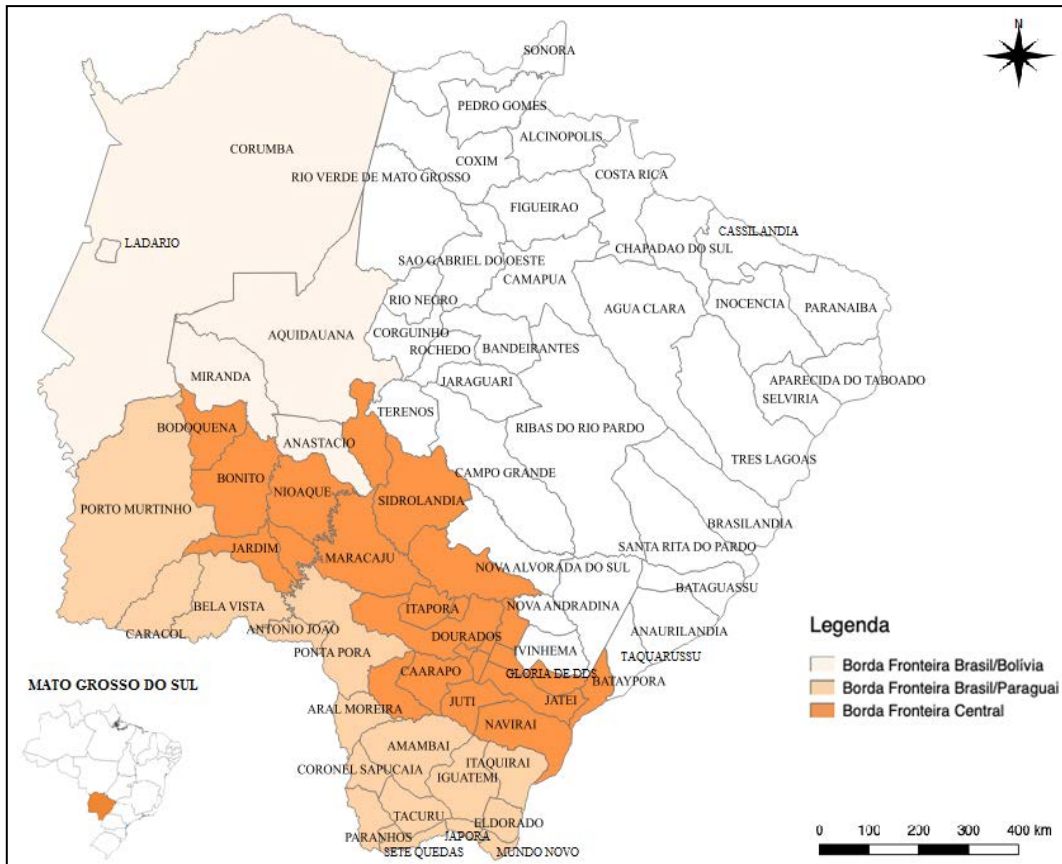


Figura 1*. A “Borda Fronteira Brasil/Paraguai” – (PDF e PDF-MS)*. (Fonte: Adaptado de Mato Grosso do Sul, 2012, p. 25).

*Além do Grupo de Trabalho da “Borda Fronteira Brasil/Paraguai”, o NFMS definiu mais dois Grupos: a Borda Fronteira Brasil/Bolívia e a Borda Fronteira Central cujos polos são os municípios de Corumbá e Dourados, respectivamente.

Para mensurar a dinâmica econômica dos municípios investigados, o estudo se baseou na abordagem quantitativa, com o uso de variáveis e indicadores que descreveram as características econômicas do objeto de investigação, tendo como base a evolução do Índice de Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) durante o período de 2007 a 2016. Semelhante ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que mensura indicadores de qualidade de desenvolvimento com base em dados censitários, investigados e divulgados a cada dez anos no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IFDM mensura dados secundários de base governamentais. Dessa forma, possui como particularidade a ausência de dados censitários, como por exemplo, o nível de emprego informal, mas contribui na compreensão das condições econômicas e sociais dos municípios.

O IFDM classifica os municípios como: Alto Desenvolvimento (valor entre 0,8 e 1,0); Desenvolvimento Moderado (valor entre 0,6 e 0,8); Desenvolvimento Regular (valor entre 0,4 e 0,6) e Baixo Desenvolvimento (valor inferior a 0,4). Para este trabalho, foi utilizado o IFDM Emprego & Renda, que categoriza o município de acordo com a situação de geração de emprego e renda e, conseqüentemente, seu comportamento econômico. Para esclarecer algumas particularidades encontradas pelos resultados do IFDM, também foram utilizados indicadores de bases oficiais do IBGE sobre o comportamento de setores produtivos.

4 A “Borda Fronteira Brasil/Paraguai”: o comportamento do Emprego/Renda

A formação econômica do estado de Mato Grosso do Sul (MS) tem sido marcada pelos avanços e pela consolidação das produções agrícolas e pecuárias a partir da modernização da agricultura iniciada na década de 1970. Esses avanços foram marcados pela alta produtividade de produtos primários, os quais serviram para abastecer o mercado nacional e contribuir com as exportações mediante o comércio de *commodities*.

Um fator negativo, no entanto, ocorrido no decorrer da modernização da estrutura agrária do estado foi o fato desta ter se consolidado de forma concentrada, com diferentes graus de avanços tecnológicos entre grandes e pequenas propriedades agrícolas, o que gerou produtores altamente capacitados tecnologicamente e outros menos especializados. Esse processo culminou em elevados níveis de pobreza no meio rural e, por conseguinte, no meio urbano, com um grande contingente de pequenos produtores sendo excluído do processo produtivo moderno, o que implicou no deslocamento dessa mão de obra rural para áreas urbanas (ABRAMOVAY, 1992).

No Mato Grosso do Sul, essa estrutura agrária moderna decorreu diretamente de políticas públicas federais. O principal objetivo dessas políticas era a expansão da fronteira agrícola da região Centro-Oeste, para isso combinando a integração físico-territorial e comercial com a ocupação econômica e demográfica da fronteira agrícola. Essas condições caracterizaram os municípios do estado com uma estrutura agrária e produtiva dependente das atividades do agronegócio brasileiro pela dinâmica econômica dos setores de serviços e (agro)industriais.

Entre os Censos Demográficos de 1991 e 2010, a parcela da população rural dos municípios da “Borda Fronteira Brasil/Paraguai” reduziu de 33,23% para 30,68%, enquanto que, no âmbito geral do estado de Mato Grosso do Sul, a redução foi mais significativa, de 20,55% para 14,36%. Isso demonstra que os municípios investigados mantêm um perfil populacional mais ligado ao meio rural que nos demais municípios do estado (IBGE, 2018a; IBGE, 2018c).

A baixa redução da população rural nesses municípios denota o perfil populacional com pouca mobilidade para áreas urbanas. Outro indicador que aponta a importante participação da população rural nos municípios é a sua taxa de crescimento, que, entre os anos de 1991 e 2010, foi de 15,37% enquanto que, no âmbito estadual, quanto também no nacional, houve redução de -4,02% e -20,13%, respectivamente (IBGE, 2018a; IBGE, 2018c).

Para os municípios investigados com participação da população rural acima de 40%, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2010 foi mais baixo, o que condiz com municípios de elevado padrão de população rural e que essa população requer melhores condições de acesso à saúde, à educação e ao saneamento básico nos respectivos espaços urbanos – e nesses setores se concentram os temas fundamentais para uma gestão pública eficiente. Outra característica importante para este estudo é o comportamento da renda e da pobreza nos municípios, tendo em vista que são espaços prioritários da PNDR e de seus programas, pois entre seus objetivos está a redução das desigualdades de renda.

De acordo com os dados expostos na Tabela 1, a renda per capita dos municípios da “Borda Fronteira Brasil/Paraguai” aumentou entre os anos de 2000 e 2010 e apenas dois municípios (Japorã e Paranhos) apresentaram aumento da população pobre ou extremamente pobre. A média da pobreza total dos municípios em 2010 foi 38,31%, bem acima da taxa estadual (13,47%) e nacional (21,82%).

O índice de Gini do conjunto dos municípios da “Borda Fronteira Brasil/Paraguai” pouco reduziu (0,56 para 0,55) e a renda per capita total aumentou de R\$ 341,73 para R\$ 465,45, no entanto, para a população pobre e extremamente pobre, a situação piorou, pois a renda per capita reduziu de R\$ 118,21 para R\$ 102,81. Desse modo, chamam atenção os municípios que apresentaram elevada taxa de pobreza em 2010: Coronel Sapucaia (51,93%), Japorã (98,61%), Paranhos (86,38%) e Tacuru (57,43%).

Tabela 1. Renda *per capita* (em R\$), pobreza e desigualdade nos municípios da “Borda Fronteira Brasil/Paraguai”, MS e Brasil entre os anos de 2000 e 2010.

| Espacialidades | Renda <i>per capita</i> 2000 | Renda <i>per capita</i> 2010 | Pobreza Total ¹ 2000 | Pobreza Total 2010 | Renda <i>per capita</i> Pobreza Total 2000 | Renda <i>per capita</i> Pobreza Total 2010 | Índice de Gini 2000 | Índice de Gini 2010 |
|-----------------------|------------------------------|------------------------------|---------------------------------|--------------------|--|--|---------------------|---------------------|
| Amambai | 455,04 | 561,14 | 43,03 | 31,27 | 117,16 | 82,77 | 0,62 | 0,56 |
| Antônio João | 249,89 | 411,49 | 62,30 | 37,50 | 123,60 | 114,88 | 0,51 | 0,54 |
| Aral Moreira | 300,12 | 398,5 | 60,48 | 38,71 | 110,70 | 115,83 | 0,58 | 0,53 |
| Bela Vista | 447,5 | 621,23 | 58,08 | 23,51 | 112,00 | 119,21 | 0,68 | 0,61 |
| Caracol | 264,01 | 399,46 | 52,71 | 18,84 | 135,36 | 143,85 | 0,50 | 0,43 |
| Cel. Sapucaia | 305,67 | 350,37 | 55,09 | 51,93 | 118,21 | 88,52 | 0,54 | 0,55 |
| Eldorado | 325,74 | 530,89 | 43,18 | 18,30 | 124,15 | 105,60 | 0,52 | 0,49 |
| Iguatemi | 432,67 | 519,03 | 29,73 | 19,83 | 123,46 | 121,89 | 0,57 | 0,51 |
| Itaquiraí | 277,45 | 442,57 | 57,52 | 29,92 | 129,51 | 99,86 | 0,53 | 0,50 |
| Japorã | 174,32 | 241,32 | 83,79 | 98,61 | 81,59 | 60,96 | 0,54 | 0,66 |
| Mundo Novo | 445,78 | 652,56 | 28,22 | 13,89 | 126,90 | 116,14 | 0,53 | 0,50 |
| Paranhos | 235,81 | 271,52 | 66,64 | 86,38 | 126,23 | 77,86 | 0,52 | 0,64 |
| Ponta Porã | 516,27 | 653,36 | 35,72 | 22,63 | 116,56 | 117,14 | 0,62 | 0,60 |
| Porto Murtinho | 335,85 | 539,19 | 56,67 | 32,04 | 106,68 | 92,59 | 0,59 | 0,61 |
| Sete Quedas | 464,98 | 487,00 | 43,06 | 32,27 | 122,40 | 108,20 | 0,63 | 0,54 |
| Tacuru | 236,70 | 367,68 | 62,94 | 57,43 | 116,89 | 79,75 | 0,50 | 0,60 |
| Borda BR/PY | 341,73 | 465,45 | 52,44 | 38,31 | 118,21 | 102,81 | 0,56 | 0,55 |
| Mato G. do Sul | 576,33 | 799,34 | 29,93 | 13,47 | 112,51 | 105,09 | 0,62 | 0,56 |
| Brasil | 592,46 | 793,87 | 40,38 | 21,82 | 35,64 | 31,66 | 0,64 | 0,60 |

Fonte: Elaborado pelos autores (2017). Dados extraídos dos sítios IBGE (2018b); IBGE (2018c) e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2017).¹ Soma de extremamente pobres e pobres (em %) classificados pelo PNUD (2017).

Esses municípios estão localizados na região sul da fronteira do estado, região próxima à divisa com o estado do Paraná. Cada município possui cerca de 80 km de distância de acesso para a rodovia estadual pavimentada (MS-386) da região Sul-Fronteira, caracterizando-os como municípios distantes de centros urbanos maiores, o que ocasiona limitações de acesso a serviços de saúde e de educação de melhor qualidade, bem como para a geração de emprego e de renda no meio urbano e rural local.

O trabalho de Peris e Braga (2003), sobre a criação da BR-277, que corta todo o estado do Paraná (Foz do Iguaçu ao Porto de Paranaguá) e seus desdobramentos nas atividades econômicas, denominou esse raciocínio como um “corredor rodoviário regional”. Ou seja, esses corredores estratégicos são rodovias pavimentadas que interligam regiões e estados que servem para promover o desenvolvimento e o dinamismo econômico dos municípios que estão em seu entorno.

Mesmo com tais dificuldades para melhorar a integração regional entre os municípios por meio de pavimentação de vias de acesso estratégicas, a renda per capita total aumentou e a taxa de pobreza total diminuiu, o que evidencia que, ao longo dos anos, os municípios melhoraram as condições de vida da população. Ainda há, contudo, problemas a serem observados, como a queda da renda per capita de pobres e extremamente pobres e as altas taxas de pobreza, com mais de 50%, em quatro municípios fronteiriços. Esses aspectos

conjunturais apontam para a necessidade de políticas públicas e programas específicos para que o desenvolvimento social e econômico seja de modo virtuoso.

Em 2007, com a instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) deu-se início a novos programas para a inserção de municípios com características econômicas e sociais de subdesenvolvimento, os chamados municípios prioritários. Todos os municípios da Faixa de Fronteira brasileira foram inseridos nas ações dessa política.

Entre os anos de 2007 e 2011, o crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios da “Borda Fronteira Brasil/Paraguai” foi acima da taxa de crescimento da economia nacional e estadual. Na segunda fase da PNDR, que ocorreu a partir de 2012, a taxa média de crescimento do PIB diminuiu, acompanhando o cenário estadual e nacional, como pode ser verificado na Figura 2.

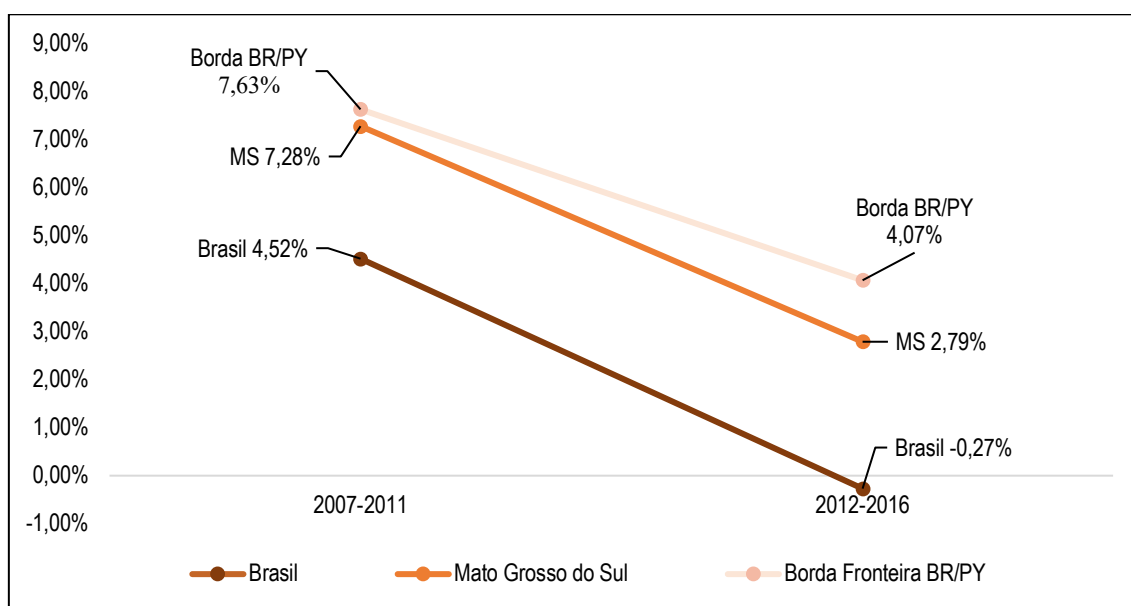


Figura 2. Produto Interno Bruto (PIB), Cresc. Médio a Preços do ano anterior* - “Borda Fronteira Brasil/Paraguai”, Mato Grosso do Sul (MS) e Brasil (2007-2011 e 2012-2016). (Fonte: IBGE, 2018d, adaptado pelos autores). *Deflator anual disponibilizado no sítio do IBGE.

O primeiro período de elevadas taxas de crescimento econômico que vai de 2007 a 2011 é caracterizado pelo: i) boom de *commodities* – aumento das exportações de produtos agropecuários; ii) estímulo ao crédito bancário acompanhado pelo aumento do consumo das famílias; e iii) ao aumento da renda real das famílias. Mesmo com a Crise Internacional de 2008 que culminou em uma breve recessão em 2009, com quedas nas exportações de *commodities* e consequente redução nas taxas de crescimento do PIB (-1,96% para a “Borda Fronteira Brasil/Paraguai”; -0,11% para o Brasil e 1,68% para o MS), o crescimento médio do período ainda foi elevado, tanto no âmbito nacional quanto estadual e regional (DE PAULA; PIRES, 2017; IBGE, 2018d).

Tais aspectos podem ser explicados pelos instrumentos governamentais utilizados para recuperação econômica pós-crise de 2008, que incluíram estímulos à expansão de crédito governamentais; redução de Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI); programas creditícios para estimular o setor da construção civil; entre outros. Em 2010, a recuperação econômica dos municípios da “Borda Fronteira Brasil/Paraguai” é constatada, principalmente pelo crescimento do setor industrial de 2,85% em 2009 para 32,60% em 2010, o mesmo é verificado para Mato Grosso do Sul (9,14% para 39,29%) e Brasil (-5,33% para 14,38%) (Tabela 2).

Tabela 2. Taxa de Crescimento Médio a Preços do ano anterior* por Setor de Atividade Econômica (%) – Brasil, Mato Grosso do Sul (MS) e “Borda Fronteira Brasil/Paraguai” (2007-2011 e 2012-2016).

| Brasil, UF e Região | Taxa Média de Crescimento dos Setores (2007-2011) | | | Taxa Média de Crescimento dos Setores (2012-2016) | | |
|---------------------|---|-----------|----------|---|-----------|----------|
| | Agropecuária | Indústria | Serviços | Agropecuária | Indústria | Serviços |
| Borda BR/PY | 13,52 | 12,38 | 5,27 | 4,55 | 5,56 | 5,65 |
| Mato G. do Sul | 10,49 | 12,29 | 6,32 | 5,26 | 3,26 | 2,96 |
| Brasil | 4,48 | 4,28 | 4,80 | 2,32 | -4,74 | 1,59 |

Fonte: IBGE (2018d). Elaborado pelos autores. *Deflator anual disponibilizado no sítio do IBGE.

No segundo período (2012-2016) a situação favorável de crescimento econômico se deteriorara gradualmente. De Paula e Pires (2017) salientam o cenário internacional desfavorável com redução da taxa de crescimento médio da economia mundial devido a crise de vários países europeus inseridos na Zona do Euro; a desaceleração de países emergentes e as dificuldades de retomada de crescimento da economia norte-americana. Mesmo com crescimento médio mais baixo do que o período anterior (2007-2011), Mato Grosso do Sul e a “Borda Fronteira Brasil/Paraguai” apresentaram taxas de crescimento superiores às nacionais em todos os setores (Tabela 2).

Segundo De Paula e Pires (2017), entre os anos de 2010 e 2014 o cenário macroeconômico foi de redução da taxa de juros pelo Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC)⁴ para estimular a economia, a desvalorização do Real e isenções fiscais de setores produtivos industriais. Para o cenário estadual, a desvalorização do Real e a crescente demanda mundial por alimentos impulsionou as exportações de *commodities*, o que pode esclarecer o crescimento superior dos setores agropecuário, industrial (agroindustrial) e de serviços.

Mesmo com crescimento do PIB da “Borda Fronteira Brasil/Paraguai” maior que a média nacional e estadual, na categoria Emprego e Renda, mensurados pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), os municípios ficaram abaixo da média estadual e nacional nos anos de 2007 e 2012, superando a média nacional apenas em 2016, mas mantendo uma ordem decrescente desde 2007, com redução de 11,40%. Na Figura 3 estão expostos os valores do IFDM Emprego&Renda para Brasil, Mato Grosso do Sul e “Borda Fronteira Brasil/Paraguai”.

Ainda com o crescimento do IFDM Emprego&Renda no período de 2007 a 2012 no âmbito nacional e estadual, os municípios investigados não acompanharam tal cenário. Para o período de 2012 a 2016, a redução do Índice foi verificada para todos os âmbitos. Tais evidências constataam que os objetivos da PNDR e dos programas direcionados à Faixa de Fronteira não obtiveram efeitos de melhorar a renda dos municípios prioritários, pois os resultados constatados indicam que não conseguiram melhorar seus indicadores, uma vez que a composição do Índice captura o comportamento do mercado de trabalho formal e da renda.

A relação entre a taxa média de crescimento do PIB na “Borda Fronteira Brasil/Paraguai” maior que as médias estaduais e nacionais (Figura 2) com os valores abaixo do Índice estadual e semelhante com o Índice nacional do IFDM Emprego&Renda (Figura 3), indicam que o crescimento econômico pouco refletiu no emprego e na renda dos municípios investigados. Há, no entanto, indicativos de que os setores com maior participação no PIB (agropecuário e serviços) não estão conseguindo dinamizar a geração de emprego e renda na “Borda Fronteira Brasil/Paraguai” e a baixa participação do setor industrial também não consegue causar encadeamentos que possam gerar maior valor e, conseqüentemente, maior emprego e renda.

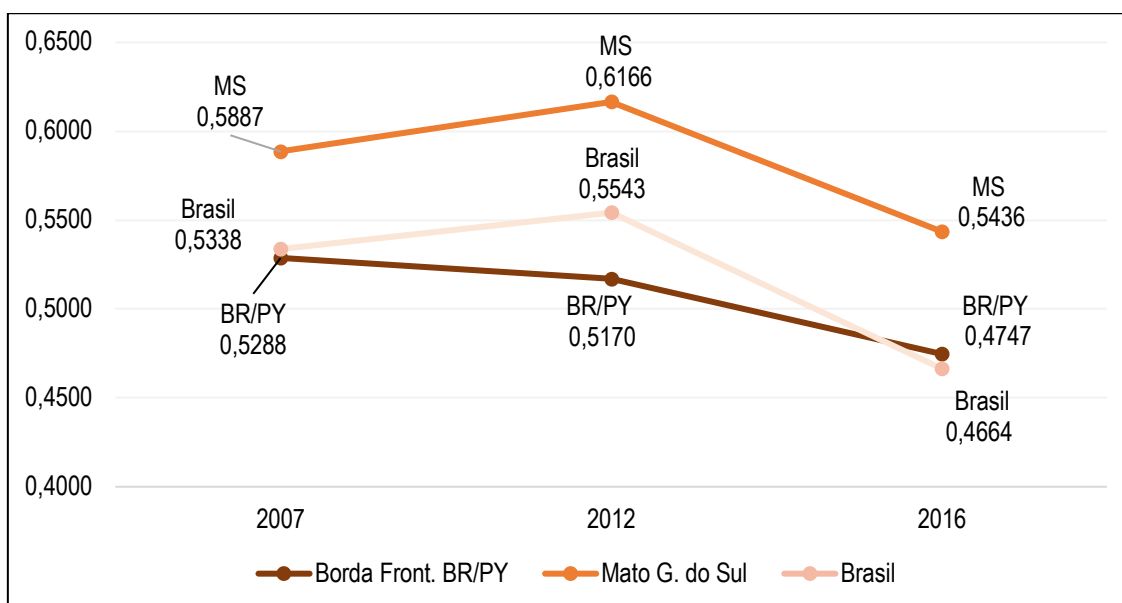


Figura 3. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM –Emprego&Renda) – “Borda Fronteira Brasil/Paraguai”, Mato Grosso do Sul (MS) e Brasil (2007, 2012 e 2016). (Fonte: IFDM 2018, dados adaptados pelos autores).

Percebe-se a dificuldade no avanço do setor industrial para encadear efeitos propulsores na dinâmica econômica dos municípios. As abordagens de Hirschman (1961) e Perroux (1977) que relacionam o papel das indústrias chaves para encadear efeitos estruturais em uma região, com destaque para o crescimento de várias indústrias que podem intensificar os fluxos de produção e consumo e proporcionar condições para o crescimento e desenvolvimento econômico de uma região periférica não se identificam nos municípios da “Borda Fronteira Brasil/Paraguai”.

Nos trabalhos de Fochezatto (2011) e de Baltar, Souen e Campos (2017) foram diagnosticados o comportamento da distribuição de renda no Brasil nos setores produtivos, constatando que o setor agropecuário é o que menos possui efeitos distributivos de renda, seguido pelos setores da indústria e o de serviços. É necessário, no entanto, investimentos no setor industrial para que ocorra maior competitividade e fortaleça a associação entre os setores agropecuário e de serviços, para melhorar a distribuição de renda entre os diferentes grupos de famílias.

As oscilações no *ranking* do IFDM Emprego&Renda indicam que os municípios não conseguiram manter certa sustentabilidade em sua dinâmica econômica. Tal complexidade foi relatada no Programa de Promoção de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), cujo objetivo foi o de fortalecer as instituições para que as ações nas regiões de fronteira gerassem um desenvolvimento econômico e social sustentado: “O fortalecimento institucional está diretamente relacionado à sustentabilidade das ações na região de fronteira visando ao fortalecimento de sub-regiões com características semelhantes” (BRASIL, 2013, p. 16).

A Figura 4 destaca o número de municípios categorizados de acordo com a metodologia do IFDM, sendo possível compreender que o objetivo do PDFF de promover ações para fortalecer as sub-regiões fronteiriças não obteve êxito para a “Borda Fronteira Brasil/Paraguai”. A situação dos municípios na classificação do Índice Firjan de Emprego e Renda piorou no período de analisado, pois somente o município de Mundo Novo permaneceu classificado em Desenvolvimento Moderado entre 2007 e 2016.

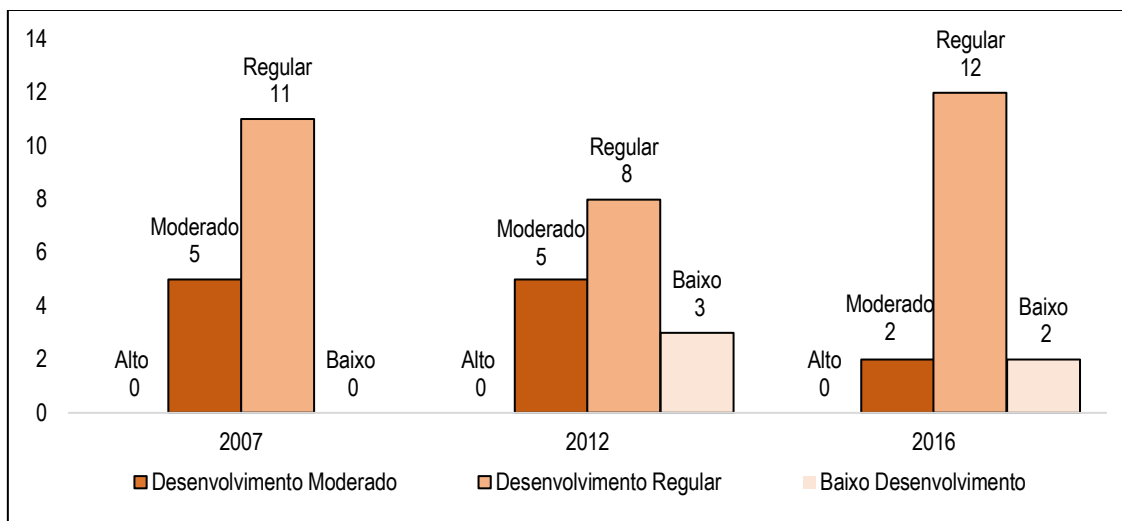


Figura 4. Números de Municípios por Classificação do IFDM-Emprego&Renda da “Borda Fronteira Brasil/Paraguai” (2007, 2012 e 2016). (Fonte: IFDM 2018, dados adaptados pelos autores).

Além disso, os municípios em situação de Desenvolvimento Moderado eram 5 em 2007 e esse número se reduziu para 2 em 2016; em situação de Desenvolvimento Regular, eram 11 e aumentou para 12; e os municípios em situação de Baixo Desenvolvimento eram inexistentes em 2007, mas, em 2016, passaram a ser 2. Considerando que o período analisado foi de médio a longo prazo, pode-se argumentar que o processo de desenvolvimento econômico dos municípios fronteiriços na região de estudo não foi condizente para uma dinâmica política includente com relação ao trabalho e à renda.

Pela análise espacial do período de 2007 e 2016, é possível verificar na Figura 5 como os municípios fronteiriços pioraram seus indicadores de Emprego e Renda e permaneceram nas últimas posições do *ranking* estadual. Além disso, pode-se observar uma certa tendência no estado de Mato Grosso do Sul de que municípios mais distantes da fronteira internacional apresentam melhores resultados, reforçando a necessidade de políticas específicas para a faixa de fronteira.

A importância do crescimento econômico por meio da geração do emprego e da renda foi destacada por Barquero (1999b), que salientou que o processo de desenvolvimento se dá a partir de dois resultados: i) o capital econômico que responde aos níveis de crescimento econômico e ii) o capital intangível, ligado pelos níveis de recursos humanos e de cooperação entre atores públicos e privados. Ocorre, no entanto, que a dificuldade do crescimento do emprego e da renda desestimula o crescimento do capital intangível, o que costuma provocar gargalos no mercado de trabalho.

Apesar da geração (modestamente) positiva de empregos entre 2007 e 2011, os níveis salariais diminuíram no ano seguinte (2012)⁵ e poucos municípios se recuperaram em 2017. Além da média salarial dos municípios da “Borda Fronteira Brasil/Paraguai” ficarem abaixo da estadual e nacional nos anos analisados, a média salarial da população fronteiriça era de 2,2 salários mínimos (R\$ 854,62) em 2007 e diminuiu para 2,0 em 2017 (R\$ 1.910,75), o que demonstra a pouca dinâmica da renda nos municípios investigados, mesmo com taxa de crescimento do PIB positiva.

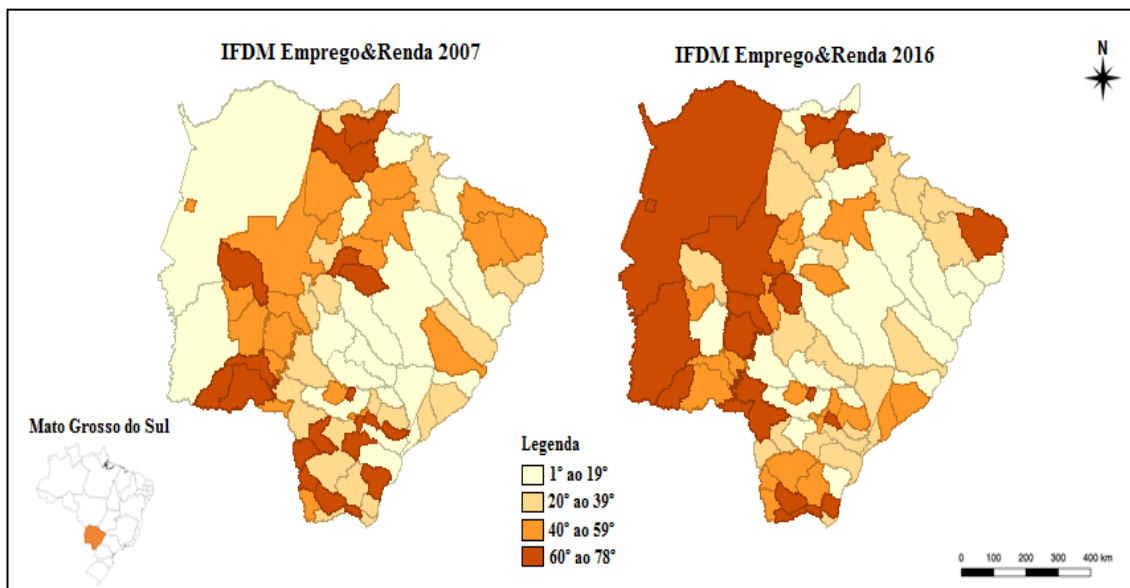


Figura 5. Mapa do IFDM – Emprego&Renda – Classificação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (2007 e 2016). (Fonte: IFDM 2018, dados adaptados pelos autores).

Para elucidar tais características, a Tabela 3 apresenta as três principais atividades produtivas com maior dinâmica de empregabilidade no ano de 2017. Percebe-se que o comércio varejista e a agropecuária predominam na economia dos municípios da “Borda Fronteira Brasil/Paraguai”. As indústrias estão concentradas na produção de bens não-duráveis – como alimentos, bebidas, roupas e calçados –, ainda assim apenas seis municípios apresentaram o setor industrial (mais de 10% de participação) como relevante em suas estruturas produtivas.

Esses aspectos podem significar a baixa necessidade de mão de obra com maior grau de especialização no mercado de trabalho, como ocorre em setores de baixa complexidade tecnológica, no caso, o setor primário. Devido a baixa qualificação necessária de mão de obra em regiões com baixo desenvolvimento, o meio rural tende a se deslocar para o setor terciário, com baixos salários, após adquirir conhecimento e habilidades, esta mão de obra - dependendo da velocidade do setor industrial – caminha para empregos de remunerações maiores (KON, 1999).

Os municípios de Caracol e Porto Murtinho possuem cerca de 90% dos empregos ligados ao setor agropecuário e estão localizados na região sudoeste da “Borda Fronteira Brasil/Paraguai”⁶. Pela localização desses municípios se percebe pouca mobilidade para outros setores de atividades, além da dependência do comércio varejista dos recursos advindos dos municípios mais próximos, como Bela Vista e Ponta Porã. Tais perspectivas denotam a dificuldade dos municípios com alta participação do setor agropecuário de gerar emprego e renda, o oposto é verificado nos municípios com maior participação do setor industrial: Itaquiraí e Mundo Novo lideram o *ranking* do IFDM-Emprego&Renda com relação aos municípios da “Borda Fronteira Brasil/Paraguai” e foram os únicos classificados como “Desenvolvimento Moderado” em 2016.

Tabela 3. Principais setores de atividades nos municípios da “Borda Fronteira Brasil/Paraguai” por participação (%) (2017).

| Municípios | Três principais setores com maior mobilidade de emprego | 1 (%) | 2 (%) | 3 (%) |
|---------------|---|-------|-------|-------|
| Amambai | Comércio Varejista ¹ ; Agropecuária ² e Transportes e Comunic. ³ . | 30,23 | 29,43 | 7,80 |
| Antônio João | Agropecuária ¹ ; Comércio Varejista ² ; e Comércio Atacadista ³ . | 59,88 | 20,06 | 10,64 |
| Aral Moreira | Agropecuária ¹ ; Comércio Varejista ² ; e Comércio Atacadista ³ . | 55,28 | 30,56 | 9,89 |
| Bela Vista | Agropecuária ¹ ; Comércio Varejista ² ; e Extrativa Mineral ³ . | 50,14 | 19,25 | 13,82 |
| Caracol | Agropecuária ¹ ; Com. Varejista ² ; e Serv. de Alojamento/Alim ³ . | 93,02 | 5,65 | 0,66 |
| Cel. Sapucaia | Comércio Varejista ¹ ; Agrop. ² ; e Serv. de Alojamento/Alim ³ . | 44,13 | 39,86 | 8,90 |
| Eldorado | Com. Varejista ¹ ; Ind. Alim./Beb./Álc/Calçados ² ; e Agrop. ³ . | 22,85 | 18,95 | 18,55 |
| Iguatemi | Com. Varejista ¹ ; Agropecuária ² ; e Ind. Alim./Beb./Álc. ³ . | 31,10 | 28,53 | 14,56 |
| Itaquiraí | Ind. Alim./Beb./Álc. ¹ ; Agrop. ² ; e Serv. de Alojamento/Alim ³ . | 42,46 | 24,71 | 7,20 |
| Japorã | Agropecuária ¹ ; Comércio Varejista ² ; e Indústria Têxtil ³ . | 49,18 | 21,31 | 16,39 |
| Mundo Novo | Indústria Têxtil ¹ ; Com. Varejista ² ; e Serv. de Alojamento/Alim ³ . | 27,82 | 26,82 | 11,44 |
| Paranhos | Agrop. ¹ ; Comércio Varejista ² ; e Serv. de Alojamento/Alim ³ . | 49,08 | 32,52 | 14,11 |
| Ponta Porã | Comércio Var. ¹ ; Agropecuária ² ; e Serv. de Alojamento/Alim ³ . | 32,52 | 12,02 | 11,69 |
| Porto Murt. | Agropecuária ¹ ; Com. Varejista ² ; e Com. e adm. de imóveis ³ . | 90,36 | 6,67 | 1,95 |
| Sete Quedas | Comércio Varejista ¹ ; Agropecuária ² ; e Ind. Alim./Beb./Álc ³ . | 31,64 | 29,49 | 19,03 |
| Tacuru | Agropecuária ¹ ; Comércio Varejista ² ; e Ind. Alim./Beb./Álc ³ . | 52,92 | 22,84 | 6,41 |

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2018). Elaborado pelos autores.

Para Santos (2003), essas condições caracterizam países subdesenvolvidos, em que o setor moderno industrial deve ser capaz de transmitir crescimento aos setores não modernos. Essa capacidade, no entanto, é altamente complexa para se resolver. Em síntese, os municípios investigados possuem estruturas produtivas ligadas ao setor primário, com baixos salários e altas taxas de emprego rural, dificultando ainda mais a resolução dessa complexidade.

Assim, a abordagem teórica sobre a industrialização como indutora do desenvolvimento com geração de polos industriais que podem gerar efeitos progressivos para um região, remete para um fato interessante: os municípios que possuem alguma atividade industrial têm os seus perímetros urbanos cortados pela principal rodovia federal do estado – a BR-163⁷ – que corta todo o Mato Grosso do Sul, interligando o estado do Paraná com o estado de Mato Grosso. A proximidade dos municípios com vias de acesso principais que ligam o país serve como incentivo para empreendimentos industriais que necessitam transportar os seus produtos para outros mercados.

5 Considerações Finais

Nesta pesquisa, o objetivo foi de compreender a estrutura econômica dos municípios Sul-mato-grossenses que estão inseridos na faixa de fronteira com o Paraguai, considerando as possíveis ações propostas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) que categoriza os municípios fronteiriços brasileiros como prioritários para ações de promoção para o desenvolvimento social e econômico. O período analisado correspondeu entre os anos de 2007 e 2016 se baseando nos dados do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) na temática Emprego & Renda.

Foram explorados os aspectos teóricos que a PNDR e seus programas abordam para redução das desigualdades regionais: o desenvolvimento e o subdesenvolvimento de regiões.

Tais concepções denotaram as dificuldades para uma economia subdesenvolvida romper com um recorrente círculo vicioso de pobreza e garantir um sólido desenvolvimento virtuoso, para o qual, deve-se adotar como referência a compreensão da realidade do subdesenvolvimento e a interação entre Estado e suas estruturas produtivas e técnico-científicas.

Nesse contexto, ressalta-se que a formulação da PNDR e dos programas para a Faixa de Fronteira e, especificamente, para os municípios da “Borda Fronteira Brasil/Paraguai” foi relevante para colocar em pauta o interesse e o reconhecimento do Estado sobre a necessidade de atuar em regiões com dificuldades para se desenvolverem. Essa leitura permitiu compreender – diante da perpetuada condição histórica de subdesenvolvimento dos municípios da Faixa de Fronteira – a importância do papel das políticas públicas no Brasil.

A dificuldade de crescimento dos setores produtivos nas regiões prioritárias foi relatada pela PNDR e reproduzida pelos programas analisados, por isso focaram-se teoricamente na convergência de renda entre as regiões com o intuito de promover setores produtivos estratégicos para geração de emprego e renda. Contudo, não foram constatados por essa pesquisa os resultados e efeitos dessa finalidade. Pela análise do IFDM Emprego&Renda ficou evidente a dificuldade dos municípios da “Borda Fronteira Brasil/Paraguai” para gerar um dinâmico e virtuoso processo de crescimento dos setores produtivos, inclusive observou-se um retrocesso nos números e uma redução no Índice ao longo do período analisado.

Por esta pesquisa se tratar de um recorte espacial de uma parte da fronteira, outras abordagens metodológicas que possam compreender também o processo de desenvolvimento e de políticas públicas em um recorte mais amplo se faz necessário. Deste modo, o estudo buscou fornecer subsídios para o entendimento da necessidade de políticas públicas comprometidas em gerar condições para que o complexo problema de subdesenvolvimento seja enfrentado, tanto no âmbito econômico quanto no social.

6 Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Rio de Janeiro, **PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro**, 2017. Disponível em: <http://altasbrasil.org.br/>. Acesso em: 08 de maio de 2017.

BALTAR, P. E. de A.; SOUEN, J. A.; CAMPOS, Guilherme C. de Souza. Emprego e distribuição da renda. **Texto para Discussão**. Unicamp. IE, Campinas, n. 298, maio 2017.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento Endógeno em tempos de globalização**. Tradução: Ricardo Brinco. Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BRASIL. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **Faixa de Fronteira**: Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília: MI, 2009.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **CDIF**: Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira. Fort de France: MI, 2013.

CORRÊA, A. S.; FERRERA DE LIMA, J. (2016). Modernização da agricultura e os ciclos de produção extensiva e intensiva em Mato Grosso do Sul: impactos na ocupação da mão de obra agrícola (1970-2014). **Campo - Território: Revista de Geografia Agrária**, 11(24 Ago.), 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCT112413>. Acesso em jan. de 2019.

DE PAULA, L. F.; PIRES, M. Crise e Perspectivas para a Economia Brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31 (n. 89), p. 125-149, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v31n89/0103-4014-ea-31-89-0125.pdf>. Acesso em set. de 2019.

FOCHEZATTO, A. Estrutura da Demanda Final e Distribuição de Renda no Brasil: uma abordagem multissetorial utilizando uma Matriz de Contabilidade Social. **Revista Economia**, Brasília (DF), v.12, n.1, p.111–130, jan/abr 2011. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol12/vol12n1p111_130.pdf. Acesso em: 20 de agosto de 2019.

FUKUDA-PARR, S. The Human Development Paradigm: Operationalizing Sen's Ideas On Capabilities. **Feminist Economics**, v. 09 (2 – 3), p. 301-317, 2003.

HAYES, A.; NADKAMI, M. V. **Poverty, environment and development: studies of four countries in the Asia Pacific Region**. Bangkok: UNESCO PROAP, 2001.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. 322 p.

IBGE (2018a). **Censo Demográfico**, 1991. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 dez. 2018a.

IBGE (2018b). **Censo Demográfico**, 2000. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 dez. 2018b.

IBGE (2018c). **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 dez. 2018c.

IBGE (2018d). **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 05 de maio de 2018d.

IBGE (2021). **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Municípios da Faixa de Fronteira. IBGE atualiza municípios de fronteira e defrontantes com o mar devido a mudanças de limites. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31090-ibge-atualiza-municipios-de-fronteira-e-defrontantes-com-o-mar-devido-a-mudancas-de-limites>. Acesso em: 06 ago. 2022.

IFDM (2018) - **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/>>. Acesso em dezembro de 2018.

KON, A. Novas territorialidades: transformações nas hierarquias econômicas regionais. **Pesquisa & Debate**, SP, volume 10, número 1(15), p. 42-76, 1999.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria do Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia (SEMAC). Secretaria do Estado do Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (SEPROTUR). **Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira/MS**. Campo Grande: Núcleo Regional para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul, 2012.

MOURÃO, K. A. da C.; AMIN, M. M. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) como instrumento de gestão do desenvolvimento econômico da Amazônia Legal. In: VIII Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade (VIII CODS), 2017, Belém. **Anais...** Belém: UNAMA, 2017. v. 8. p. 258-273.

MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. 2ed. Rio de Janeiro, Saga, 1968.

NUNES, M. A. **Contrastes e convergências socioterritoriais na faixa de fronteira internacional oeste brasileira**: impactos das políticas contemporâneas. 2013. 354 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013.

NURKSE, R. **Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

PERIS, A. F.; BRAGA, E. G. Eixos de desenvolvimento intra-regionais. In: PERIS, A. F. (Org.). **Estratégias de desenvolvimento regional**: região oeste do Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2003.

PERROUX, F. O conceito de polo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques (org.). **Economia regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

SANTOS, M. **Economia Espacial**: críticas e alternativas. 2 Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

¹ É importante destacar que Nurkse (1957) e Hirschman (1961) também adotam esta abordagem, o primeiro com crescimento equilibrado e o segundo com crescimento desequilibrado.

² Para Fukuda-Parr (2003) a evolução do estudo do desenvolvimento humano, pode ser evidenciada nos temas estudados nos relatórios do PNUD: desenvolvimento sustentável em 1994; igualdade de gênero em 1995; pobreza em 1997; consumo e desenvolvimento sustentável em 1998; direitos humanos em 2000; e democracia em 2002.

³ Essas sub-regiões estão denominadas pelo PDFF como: Sub-região XI (Pantanal); Sub-região XII (Bodoquena); Sub-região XIII (Dourados) e Sub-região XIV (Cone-Sul-Mato-Grossense) (BRASIL, 2009, p. 65-66).

⁴ Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), é a taxa básica de juros da economia no Brasil.

⁵ Média de 2,2 salários mínimos mensais em 2007 para 2,0 em 2017 (IBGE, 2018d).

⁶ Ver Figura 01. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2018).

⁷ Exceto o município de Iguatemi, que está a cerca de 40 km da BR-163.